

**BENFEITORIA PAGA
COM DINHEIRO
PÚBLICO PODE
FICAR FORA DE
INDENIZAÇÃO**

PÁGINA 3

CE vota prorrogação até 2009 de benefícios para informática

Projeto de lei complementar, já aprovado na Câmara, tem parecer favorável do relator.
Texto prevê vantagens maiores para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

A Comissão de Educação deve votar hoje projeto de lei complementar da Câmara dos Deputados que prorroga até o ano de 2009 a concessão de benefícios fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática. O projeto prevê diminuição gradual, ano a ano, das

reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo o relator, senador Lúcio Alcântara, cujo parecer é favorável, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são favorecidas, pois os benefícios terão redução anual em menor proporção.

PÁGINA 4

Congresso vai investigar roubo de cargas no país

Uma comissão parlamentar de inquérito reunindo senadores e deputados federais será instalada hoje, às 15h, com o objetivo de apurar os responsáveis pelo roubo e furto de cargas no país. Somente no ano passado, aconteceram 4.200 roubos.

PÁGINA 5



Fonte: Confederação Nacional do Transporte. Dados de 1999

Antonio Cotrim / AFP



Em Lisboa, o senador Antonio Carlos Magalhães é recebido à entrada do Palácio de São Bento pelo primeiro-ministro António Guterres

ACM ressalta o “vínculo indissolúvel” com Portugal

Quando discursar hoje na Assembleia da República, em Lisboa, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, em visita oficial a Portugal desde ontem, enfatizará os laços que unem os dois países há cinco séculos.

PÁGINA 2

Plenário examina crédito externo para agricultura no vale do São Francisco

O Plenário do Senado vota hoje, entre outras matérias, pedido de autorização para que a União garanta aditamento de US\$ 2,4 milhões a empréstimo externo firmado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) junto à Empresa Húngara de Comércio Exterior e Em-

preendimentos para a Exportação (Agroinvest).

Os recursos serão destinados ao incremento do cultivo de uvas, produção de mudas frutíferas e hortaliças isentas de doenças, além de assistência técnica e transferência de tecnologia a agricultores da área irrigada do vale do São Francisco.

PÁGINA 3



As obras de Di Cavalcanti, Djanira, Carlos Scliar, Burle Marx (foto), Reboló, Aldemir Martins, Cândido Portinari e de diversos outros artistas serão colocadas à disposição do público, depois que o Senado concluir o trabalho de catalogação de seu acervo de pinturas, tapeçarias e xilogravuras. O valor é estimado em US\$ 2,1 milhões.

PÁGINA 5

ACM participa em Portugal de celebrações dos 500 anos

As atividades do presidente do Senado foram iniciadas ontem. À tarde, Antonio Carlos encontrou-se com o primeiro-ministro Guterres

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, iniciou ontem o roteiro oficial de sua viagem a Portugal, com visita à exposição *Brasil-Brasis*, alusiva aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, instalada no Palácio da Ajuda, em Lisboa. Depois, almoçou com o presidente da Assembleia da República de Portugal, Almeida Santos, no restaurante Vela Latina.

À tarde, Antonio Carlos foi recebido pelo primeiro-ministro português, António Guterres, na

residência oficial. Em seguida, participou no Palácio de Belém de encontro com o presidente de Portugal, Jorge Sampaio. Após a audiência, em cerimônia pública realizada no mesmo local, Antonio Carlos recebeu das mãos do presidente Sampaio condecoração concedida a título póstumo ao falecido deputado Luís Eduardo Magalhães. A agenda dessa segunda-feira terminou com jantar oferecido por Almeida Santos, no Salão Nobre da Assembleia.

Hoje o senador irá co-presidir, ao lado de Almeida Santos, sessão solene que irá se realizar no Plenário da Assembleia, em homenagem aos 500 anos do Brasil. Durante o ato, será lançada medalha comemorativa e anunciada a publicação de livros com depoimentos de parlamentares dos dois países. À noite, Antonio Carlos estará em jantar oferecido pelo embaixador do Brasil em Lisboa, Synesio Sampaio Goes Filho, ao qual estarão presentes o presidente da Assembleia, parlamentares e outras autoridades.



Antonio Carlos Magalhães recebe medalha do presidente Sampaio e visita a exposição *Brasil-Brasis*

Presidente do Senado destaca "vínculo indissolúvel" entre os dois países

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, destacará hoje em discurso na Assembleia portuguesa o vínculo "indissolúvel" entre Portugal e Brasil, mantido ao longo dos últimos 500 anos. Segundo o senador, essa união tem sido possível graças a uma forte afetividade e parcerias no campo da política e da cultura.

— Mesmo em momentos de divergência, naturais numa relação madura, complexa e multifacetada, essa ligação resistiu a tudo —

dirá o presidente do Senado aos parlamentares portugueses.

Conforme Antonio Carlos, as relações entre os dois países são tão próximas que muitas vezes têm gerado paradoxos. Um deles foi a independência do Brasil, proclamada por dom Pedro I, príncipe português. Outro foi a representação do Brasil na Constituinte portuguesa de 1821, que marcou o fim do absolutismo monárquico.

Essas relações, conforme o par-

lamentar brasileiro, começam aos poucos a ganhar corpo na área econômica. Antonio Carlos irá lembrar aos parlamentares portugueses a visita do primeiro ministro António Guterres ao Brasil, em 1996, primeiro passo de uma nova aliança econômica. O aumento dos investimentos de Portugal — integrante da União Européia — está ajudando a criar uma atmosfera de confiança dos europeus em relação ao Brasil, segundo o presidente do Senado.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos); substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95 altera a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre pesquisa, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propagação, utilização, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; PDL nº 66/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sete Colinas de Uberaba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba (MG); PDL nº 144/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultural) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava (PR); PDL nº 175/99, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Lins para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lins (SP); PLS nº 620/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara; PR nº 28/2000, que autoriza a concessão, pela União, da garantia do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação (Agroinvest), bem como a dispensa da respectiva contragarantia; Requerimento nº 214/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando que sobre o PLS nº 84/2000, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Assuntos Sociais; e Requerimento nº 219/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 48/96 e 6/2000, por regulararem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 134/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 613/99-Complementar, altera o Decreto-Lei nº 406/68, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza; PLS nº 336/99 — Complementar, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; e PLS nº 564/99, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação.

2ª parte: Exposição de Marcos Caramuru de Paiva, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, com a finalidade de instruir a tramitação da Mensagem nº 99/2000, que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bid), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/Segunda Fase. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; e os PDLs nºs 23, 4, 29 e 30, de 2000, que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviços de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

15h — CPI com a finalidade de apurar, em todo país, o crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Pauta: instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e indicação do relator. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 86/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Mensagem nº 104/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Celso Marcos Vieira de Souza para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito; PDL nº 48/2000, que aprova o texto do acordo, por troca de notas, de insenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficial/serviço, especial e oficial de ambos os países, celebrado entre os governos do Brasil e da Guiana; e PLC nº 79/96, que regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com a finalidade de prestar esclarecimentos e informações das causas e conseqüências bem como das providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, na baía de Guanabara (RJ), com a participação do ministro do Meio Ambiente, deputado José Sarney Filho; da presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira; da procuradora do Ministério Público Federal (RJ) Gisele Elias Porto; e do presidente do Crea-RJ, José Chacon de Assis. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João César, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS); ata da 1ª reunião extraordinária (21 e 22 de maio); e requerimento do deputado Virgílio Guimarães. *Anexo II da Câmara dos Deputados — Plenário 2*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Empréstimo apóia agricultores do São Francisco

Aumento da produção de uvas e cultivo de mudas de fruteiras e hortaliças isentas de doenças são os objetivos de contrato da Codevasf com empresa húngara, cujo aditamento de US\$ 2,4 milhões será apreciado pelo Senado

O Senado vota hoje projeto de resolução que autoriza a União a garantir aditamento de US\$ 2,4 milhões a empréstimo externo firmado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) com a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação (Agroinvest).

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que, entre os objetivos desse contrato, está o aumento da produção de uvas e o cultivo de mudas de fruteiras e de hortaliças isentas de doenças, assim como assistência técnica e transferência de tecnologia a agricultores da área irrigada do vale do São Francisco.

Também hoje os senadores votam substitutivo da Câmara a projeto do senador Jonas Pinheiro

(PFL-MT) que disciplina, entre outras coisas, a produção, embalagem, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos.

O projeto determina que as embalagens dos agrotóxicos devem ser fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, perda ou alteração e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) entendeu que a Câmara aperfeiçoou o texto e pediu a aprovação do substitutivo enviado por aquela Casa.

O Plenário delibera hoje sobre a redação final do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as televisões por assinatura, transmitidas a cabo ou por ondas, a transmitirem a programam-



Cabral, relator da matéria na CAE, afirma que aditamento beneficiará agricultores do vale do São Francisco



Jonas Pinheiro, autor do projeto que regulamenta o manuseio de agrotóxicos, da produção ao descarte final



Leomar Quintanilha, relator da proposta de Jonas Pinheiro, defende substitutivo da Câmara

ção da TV Senado e da TV Câmara. Com o projeto, que ainda será votado pelos deputados, Requião quer garantir à população ver o que acontece no Legislativo "sem o filtro das grandes agências de notícias e dos interesses dos jornais".

O Plenário realiza ainda o ter-

ceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros com pelo menos oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador.

Também aguardam deliberação três decretos legislativos renovando as concessões das seguintes emissoras: Rádio Sete Colinas de Uberaba (MG), Rádio Fundação Nossa Senhora de Belém, de Guarapuava (PR), e Rádio Alvorada de Lins (SP).



Lúdio Coelho: benfeitoria com dinheiro público não deve gerar indenização para dono da terra



Osmar só quer manter indenização da benfeitoria se dinheiro for proveniente de linhas oficiais de crédito



Requião quer proibir a venda em território brasileiro de produtos destinados à exportação

CAE vota regra para indenização de benfeitoria em terra desapropriada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto de lei da Câmara dos Deputados que proíbe a indenização das benfeitorias realizadas com dinheiro público nas terras desapropriadas para fins de reforma agrária. O relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), vai apresentar parecer favorável. A reunião da CAE está marcada para as 10h.

Em seu voto, Lúdio Coelho argumenta que indenização é a reparação de alguém por "prejuízo injusto sofrido ou em vias de sofrer". Nos casos em que a benfeitoria foi realizada com dinheiro público, significa que o proprietário expropriado não sofre qualquer prejuízo, pois não teve despesas com sua realização.

O relator acatou emenda do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que mantém a indenização nos casos em que a benfeitoria tiver sido realizada com dinheiro proveniente de linhas oficiais de crédito – neste caso, o desapropriado teve que pagar por um empréstimo, o que caracterizaria um prejuízo.

Outro projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos é o do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a venda e a exposição em território brasileiro de produtos destinados à exportação, sobre os quais não incidem impostos. Para garantir o controle da lei, o senador sugere que tais produtos tragam impresso no rótulo uma tarja vermelha com a inscrição: "Produto

para exportação. Venda proibida no Brasil". O voto do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável.

A CAE deve votar também projeto de lei proveniente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro que obriga estados, municípios, autarquias, fundações e o Distrito Federal a cumprir a Lei n.º 9.755, de 1998, antes de obter empréstimos internos e externos. A lei referida obriga a incluir na página do Tribunal de Contas da União (TCU) na Internet todos os dados e informações sobre a situação das contas do tomador do empréstimo. O parecer do relator, senador Luiz Otávio (sem partido – PA), é favorável.

Comissão de Orçamento examina PPA referente ao exercício de 98

O relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998 será examinado hoje, a partir das 18 horas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Está na pauta também requerimento do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que convida o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para prestar esclarecimentos sobre os fundos setoriais relativos à sua área, especialmente com relação ao Plano Plurianual 2000/2003. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Uma análise para cada tema e ação do Plano Plurianual e dos créditos orçamentários correspondentes faz parte do relatório a ser examinado pela CMO, que também quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização física das metas no exercício.

A Comissão vai analisar ainda a execução do PPA relativa ao período de 1996 a 1998, submetido recentemente ao Congresso Nacional. O deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), escolhido para relatar a matéria, observou que o governo desti-



Gilberto Mestrinho preside a Comissão Mista de Orçamento, que se reúne a partir das 18h

nou o maior volume de investimentos, especialmente referentes às empresas estatais, às regiões mais desenvolvidas do país. Essa política do Executivo, no entender do relator, "contribuiu para aumentar as desigualdades regionais".

Constam ainda da pauta da reunião os exames do requerimento do deputado João Coser (PT-ES), que pede a criação de uma subcomissão para reformular e propor alterações no processo orçamentário. Outra matéria na pauta é o relatório que autoriza a execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.

CE analisa prorrogação de benefícios para informática

Relator dá parecer favorável, informando que o setor teve faturamento equivalente a US\$ 11 bilhões em 1998 e oferece 30 mil empregos diretos, dos quais 12 mil para profissionais com formação superior

Com voto favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a Comissão de Educação deve votar hoje projeto de lei complementar da Câmara dos Deputados que prorroga até 2009 a concessão de benefícios fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática. O projeto prevê diminuição gradual, ano a ano, das reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo o relator, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são favorecidas, pois os benefícios têm redução anual em menor proporção. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ), onde recebeu dez emendas. Depois de passar pela CE, onde foram apresentadas mais três emendas, o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para o Plenário. Lúcio Alcântara antecipa que incorporou a maior parte das emendas ao seu relatório.

Ao analisar o projeto, Alcântara ressaltou que ele deverá beneficiar cerca de 250 empresas, e relacionou os seguintes números obtidos pelo setor: faturamento equivalente a US\$ 11 bilhões em 1998; criação de 30 mil empregos diretos, dos quais 12 mil para profissionais com formação superior; cerca de 90 mil empregos indiretos; exportação de US\$ 700 milhões em produtos de tecnologia

da informação em 98.

O senador destacou ainda que foram investidos R\$ 2,1 bilhões pelas empresas de informática em pesquisa e desenvolvimento no período de 1993 a 1998:

— O projeto é, portanto, bastante meritório, ao prorrogar a concessão de benefícios fiscais, cabendo destacar que, em contrapartida, exige-se dos beneficiários a aplicação de parcela considerável de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento — afirma Lúcio Alcântara.

Também integram a pauta da reunião da Comissão de Educação quatro projetos de decreto legislativo que tratam do funcionamento de emissoras de rádio.



Lúcio Alcântara destaca méritos do projeto e exigência de contrapartida em pesquisa e desenvolvimento

Luzia Toledo participa de apresentação de projeto que vai divulgar Espírito Santo

O projeto Espírito Santo, Sim! será apresentado hoje, às 18h, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por iniciativa da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Organizado pela Rede Gazeta de Comunicação, o projeto pretende divulgar o estado nas outras unidades da Federação. De acordo com o gabinete da senadora, a apresentação na CCJ contará com a presença de empresários, políticos e personalidades do Espírito Santo.



Projeto Espírito Santo, Sim! será apresentado por iniciativa de Luzia Toledo a empresários, políticos e personalidades

Comissão de Relações Exteriores vota indicações para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina hoje as indicações dos diplomatas Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, para o cargo de embaixador brasileiro na Costa Rica, e Celso Marcos Vieira de Souza para a embaixada brasileira no Egito. As votações serão feitas em reuniões secretas, a partir das 17h30.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) será o relator da indicação de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, e o senador Carlos Wilson (PPS-PE) relatará a indicação de Celso Marcos Vieira de Souza.

A Comissão de Relações Exteriores deve também votar o projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece normas para

o uso de terras devolutas sob o domínio da União. O voto do relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), é contrário à aprovação do projeto.

Completa a pauta da comissão o acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos entre o Brasil e a Guiana, com voto favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Costa Rica

Um terço coberto de florestas

Localização: América Central
Área: 51.060 km²
População: 3,42 milhões (1995)
Capital: San José (296.625, em 1991)
Sistema político: República presidencialista
Divisão política: Sete províncias
PIB: US\$ 9,3 bilhões (1998)
Moeda: colón
Assembleia Legislativa Nacional com 57 membros

Fontes: Enciclopédia Encarta e Banco Mundial

Egito

Mais de 90% consistem de áreas desérticas

Localização: África
Área: 1.001.450 km²
População: 58.519.000 (1995)
Capital: Cairo (6,8 milhões, em 1992)
Sistema político: República presidencialista
Divisão política: 26 governadorias
PIB: US\$ 79,2 bilhões (1998)
Moeda: libra egípcia
Assembleia do Povo com 444 membros

Fontes: Enciclopédia Encarta e Banco Mundial

Embarque na
informação direta,
sem escalas

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.





CPI do Roubo de Cargas será instalada hoje

Comissão tem prazo até 8 de setembro para encerrar os seus trabalhos. Apuração dos crimes é reivindicação da Confederação Nacional do Transporte e da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga

A comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar o crescimento do roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e por via fluvial ou marítima deverá ser instalada hoje, às 15h. Na ocasião, serão eleitos o presidente, o vice e o relator. A reunião acontecerá na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho. A autoria do requerimento propondo a CPI, que tem prazo até 8 de setembro para encerrar os seus trabalhos, é do deputado federal Oscar Andrade (PFL-RO).

A apuração dos crimes de roubo de cargas é uma reivindicação da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga (ABTC). A CNT revelou, depois de contabilizar os dados fornecidos pelas secretarias de Segurança Pública dos diversos estados, que ocorreram 4.200 roubos de carga em 1999 em todo o país, um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Em função do incremento dessas ocorrências, o custo do frete em várias regiões brasileiras já subiu 20%, também conforme a CNT.

Criada em 16 de março deste ano, a Associação Brasileira dos Transportadores de Carga (ABTC) diz que o prejuízo causado às empresas no ano passado chegou a R\$ 315 milhões. As cargas mais visadas são de alimentos, cigarros, produtos têxteis e remédios, além de eletrodomésticos. Os ladrões, segundo as estatísticas policiais, agem preferencialmente à noite e adotam a mesma estratégia: 70% dos assaltos e roubos ocorrem junto a postos de combustíveis, quando os caminhões estão em marcha lenta antes ou logo após o abastecimento.

chegou a R\$ 315 milhões.

As cargas mais visadas são de alimentos, cigarros, produtos têxteis e remédios, além de eletrodomésticos. Os ladrões, segundo as estatísticas policiais, agem preferencialmente à noite e adotam a mesma estratégia: 70% dos assaltos e roubos ocorrem junto a postos de combustíveis, quando os caminhões estão em marcha lenta antes ou logo após o abastecimento.

COMPOSIÇÃO

Integrarão a CPI do Roubo de Cargas 13 deputados, com respectivos suplentes, e os senadores Renan Calheiros (AL), Gerson Camata (ES), Mauro Miranda

(GO) e Wellington Roberto (PB), do PMDB; Moreira Mendes (RO), Geraldo Althoff (SC) e José Jorge (PE), do PFL; Antero Paes de Barros (MT) e Álvaro Dias (PR), do PSDB; Sebastião Rocha (PDT-AP) e Geraldo Cândido (PT-RJ), do Bloco Oposição.

Foram indicados para suplentes os senadores Alberto Silva (PI), Maguito Vilela (GO), Agnelo Alves (RN) e Gilvam Borges (AP), do PMDB; Freitas Neto (PI), Edison Lobão (MA) e Jonas Pinheiro (MT), do PFL; Lúdio Coelho (MS) e Pedro Piva (SP), pelo PSDB; e Jefferson Péres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo Bloco Oposição.

Ministro fala à CI sobre vazamento de óleo no Rio

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 18h, audiência pública para aprofundar as investigações sobre o desastre ambiental causado pelo derramamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias ocorrido no início do ano na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, participará do debate.

Confirmaram também presença na reunião a presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, a procuradora do Ministério Público Federal/RJ, Gisele Elias Porto, e o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio (Crea/RJ), José Chacon de Assis.

A CI, presidida interinamente pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), vem tratando do assunto por meio de subcomissão criada para analisar o desastre na baía de Guanabara e a poluição provocada por indústrias no porto de Vitória, no Espírito Santo.

Os integrantes da subcomissão já estiveram na Refinaria Duque de Caxias e nas praias e mangues atingidos pelo vazamento. Além disso, realizaram audiência com representantes da Petrobras, parlamentares estaduais, secretários, sindicalistas e ambientalistas.



Ministro Sarney Filho participa do debate de hoje

Acervo de obras de arte do Senado será aberto ao público

Um acervo que vale mais de 2,1 milhões de dólares, com trabalhos de artistas como Di Cavalcanti, Debret, Djanira, Carlos Scliar, Reboló, Burle Marx, Aldemir Martins e Portinari, entre muitos outros, será disponibilizado ao público que visitar o Senado. "Vamos colocar as obras nas alas Nilo Coelho e Alexandre Costa", afirma Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, diretor da Secretaria de Informação e Documentação. Nos gabinetes ficarão cópias do acervo.

As obras estão sendo recatalogadas e restauradas, e como resultado será editado um livro sobre o acervo, com capa de Oscar Niemeyer. A avaliação das obras artísticas, antes esquecidas, foi feita pelo professor de Arte Moreira de Azevedo, a pedido da Secretaria de Informação e Documentação (SID). Ao todo são 410 itens, entre gravuras, tapeçaria e xilogravuras. Mas o forte são mesmo as pinturas.

Espalhadas por diversos setores e gabinetes, ou simplesmente encaixotadas, muitas delas estavam se deteriorando. "A maior parte do acervo foi reunida durante a presidência do senador Petrônio Portella (1973/74). O senador gaúcho Guido Mondin também fez muitas doações", lembra Paulo Afonso.

De acordo com ele, o maior problema foi localizar cada uma das obras, o que tem sido feito através de levantamento em todas as dependências do Senado. Faltam ainda cerca de 30 itens. O objetivo da secretaria, além de disponibilizar o acervo, é a preservação. Um total de 252 obras foi enviado para o Museu Histórico Nacional para restauração. Dezessete destas, porém, estavam tão danificadas que não puderam ser restauradas.



Obras como as de Burle Marx e Rubens Zavallos (ao lado) estão sendo recatalogadas e restauradas para a edição de um livro sobre o acervo, com capa de Oscar Niemeyer

Hartung quer aperfeiçoar a fiscalização do Fundef

Senador reconhece resultados obtidos pelo fundo, mas alerta que não é possível “fechar os olhos para sérias denúncias de desvio”

A fim de assegurar maior controle social sobre a distribuição e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei modificando as normas para sua fiscalização. Ele reconhece os resultados obtidos pelo Fundef, admitindo que contribuiu significativamente para a valorização do magistério, mas pretende alterar a lei que o criou, entre outros objetivos para assegurar ao Ministério Público acesso, a qualquer tempo, aos registros contábeis e demonstrativos gerenciais do fundo.

Paulo Hartung quer também que qualquer cidadão possa solicitar cópia de documentação concernente a esses recursos, e que os entes federados que dispuserem de meios ofereçam na



Hartung pretende que o Ministério Público tenha acesso aos registros contábeis e demonstrativos do Fundef

Internet essas informações.

O projeto prevê que as associações de pais de alunos possam acompanhar o recebimento e utilização dos recursos des-

tinados à sua respectiva unidade de ensino, permitindo maior capilaridade ao sistema de controle social da gestão do dinheiro destinado à educação.

Para o senador, o reconhecimento dos méritos do Fundef não permite fechar os olhos para sérias denúncias de desvio, tanto na aplicação dos recursos como na eventual existência de matrículas forjadas com o objetivo de aumentar a participação do município na divisão do bolo dos recursos.

— Esse reconhecimento, antes de levar-nos a um estado de letargia, deve deixá-nos ainda mais atentos, para que possamos fazer no momento certo a correção de rumos em face de eventuais desvios que sejam identificados — afirmou ele.



Projeto de Mozarildo Cavalcanti será examinado em caráter terminativo pela CAS

Mozarildo propõe que estágio conte tempo para aposentadoria

Os serviços prestados durante estágio em órgãos públicos e empresas privadas poderão ser utilizados na contagem de tempo para aposentadoria. A proposta é do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Caso seja aprovada, segue direto à Câmara dos Deputados, a me-

nos que 10% dos senadores, por meio de requerimento, desejem analisá-la em Plenário.

Mozarildo explica que, caso o estudante faça estágio em uma área que não a sua, e não havendo exceções de jornada de trabalho, será considerado apenas o tempo proporcional do período como estagiário para efeito de aposentadoria.

Jucá sugere nomes para ponte e rodovia em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projetos de lei que dão os nomes de Francisco Gouveia Leite e José Vieira de Sales Guerra, respectivamente, ao trecho da rodovia BR-210 que vai do entroncamento com a BR-174 até a Vila São José, no município de Caracaraí, e à ponte sobre o rio Branco, na BR-174, também no município de Caracaraí.

Francisco Gouveia foi vereador do município de Caracaraí, idealizador da pavimentação e defini-

ção do plano municipal das vias urbanas da cidade. José Vieira de Sales Guerra contribuiu para o desenvolvimento de Roraima, foi oficial de Justiça e escrivão. Segundo o senador, a própria Assembleia Legislativa de Roraima já havia aprovado o nome dele para a ponte.

Romero Jucá disse que Francisco Gouveia Leite e José Vieira de Sales foram homens que se destacaram e lutaram pelo progresso da região. Os projetos foram enviados



Romero Jucá quer homenagear cidadãos que trabalharam pelo desenvolvimento do estado

à Comissão de Educação. Se aprovados, seguirão diretamente para a Câmara dos Deputados.

Alcântara ressalta trabalho de amparo à pesquisa no Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o trabalho realizado pela Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap). Segundo Alcântara, a instituição, por meio da otimização dos recursos e da busca de parcerias dentro e fora do estado, vem cumprindo bem o seu papel de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Ceará.

Para o senador, o programa mais importante da fundação, em 1999, foi o de Bolsas de Formação Acadêmica. O programa, disse, teve um aumento de 62% no volume de investimentos em relação ao ano anterior, oferecendo, por mês, 3.448 bolsas para mestrado, 910 para doutorado e 2.911 para a modalidade de Iniciação Científica e Tecnológica, da qual participam estudantes de graduação.

Segundo Alcântara, a Funcap trabalha a partir de um plano de investimento que obedece a uma metodologia pré-estabelecida. O senador explica que é feito um levantamento sobre os problemas de interesse do estado que possam ser resolvidos pela ciência e tecnologia. Estimam-se os custos, são definidas prioridades e a proposta final é levada para o Conselho de Administração da fundação.

Esse conselho escolhe os problemas a serem estudados por meio de uma definição prévia de



Alcântara: Funcap contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico do Ceará

temas. Os temas selecionados até agora, disse Alcântara, são Agricultura Irrigada e Biotecnologia, cujos documentos finais estão prontos, Formação de Recursos Humanos, com documento de diagnóstico já elaborado, Água, Informática e Geração de Empresas de Base Tecnológica.

— As ações da Funcap se integram às de outros programas de governo, criando um efeito de sinergia para o desenvolvimento do Ceará, que, mesmo sendo um estado pobre, ocupa hoje, proporcionalmente, o terceiro lugar entre os estados brasileiros que mais investem em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico — disse.

TV Senado Política e muito mais

Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

Althoff apóia esforço de hospital universitário para sobreviver

A TV Senado apresenta hoje, às 3h30 e às 7h30, entrevista com o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) sobre a destinação de 25% dos leitos de hospitais universitários para convênios e pacientes particulares.

O senador lembra que na prática o sistema já é adotado em boa parte desses hospitais, que atenderam no ano passado 1,6 milhão de pessoas. O Instituto do Coração de São Paulo levanta mais de 60% de suas receitas com esse tipo de internação. Se-



Geraldo Althoff

gundo ele, a prática ainda não funciona em vários municípios por resistência de sindicatos ou por questionamentos do Ministério Público, uma vez que o assunto não está regulamentado.

Embora reconheça que os particulares terão direito a um serviço de hotelaria melhor, Althoff diz que os mais carentes não vão virar cidadãos de segunda classe, uma vez que os recursos obtidos serão utilizados na melhoria da estrutura hospitalar.

Jucá destaca avanços no setor de transportes

Ações serão ampliadas, segundo o senador, com o cumprimento do programa Avança Brasil e a introdução do sistema de multimodalidade

As privatizações dos setores portuário e ferroviário de carga, melhoria das hidrovias, ampliação dos portos, reativação dos planos de construção dos metrôs e recuperação dos trens urbanos foram realizações citadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) como avanços do governo no setor de transportes. Jucá comentou o último relatório do Ministério dos Transportes sobre os avanços e investimentos futuros no setor.

Segundo Romero Jucá, as conquistas com a descentralização administrativa e a privatização das operações de transporte serão ampliadas com o cumprimento do programa Avança Brasil e a mudança da matriz do transporte no país para o sistema de multimodalidade, no qual ferrovias, hidrovias e rodovias têm participação praticamente igual no deslocamento de cargas.

De acordo com números do Ministério dos Transportes, o Brasil possui 27 mil quilômetros de hidrovias e outros 15 mil dependem de



Jucá espera que o Fundo de Conservação de Rodovias reforce os investimentos

investimentos para navegação. O programa Avança Brasil prevê ações nas hidrovias de Madeira, São Francisco, Araguaia-Tocantins e Tietê-Paraná.

O senador disse que o governo tinha uma meta de investimentos no setor, para os próximos quatro anos, de R\$ 7 bilhões. Outros R\$ 10 bilhões seriam aplicados pelo setor privado. Mas agora o Ministério dos Transportes espera contar também com recursos do Fundo

de Conservação de Rodovias, que está em discussão no Congresso Nacional. Se aprovada a proposta de criação do fundo, o governo poderá obter um adicional de recursos entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões ao longo de três anos.

— Se pensarmos em desenvolvimento, deveremos necessariamente promover a navegabilidade de nossos rios e defender o sistema de integração modal de transporte — afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Empresas de bom coração
6h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho — As memórias de um Comunista*
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Althoff fala sobre os hospitais Universitários
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Uma TV Cheia de Histórias — Porto Alegre (RS)
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Turismo no Pará
9h30 — *Entrevista*: Senador Ernandes Amorim fala sobre a dívida do Banco do Estado de Rondônia
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após: Comissão de Educação
13h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de*

um Sonho — As memórias de um Comunista
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
21h — *Jornal do Senado*
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e a da Rádio Senado podem ser retransmitidas por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Reformas de base, relações entre João Goulart e o PC e o movimento militar são temas abordados por Freire (E) e Marco Antônio (D) na TV Senado

TV Senado exhibe debate sobre memórias de um comunista

A TV Senado exhibe hoje, às 6h30 e 13h30, debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o escritor Marco Antônio Tavares Coelho, autor do livro *Herança de um Sonho — As Memórias de um Comunista*. Ex-deputado federal e jornalista, Marco Antônio Tava-

res Coelho relata seu trabalho como articulador político entre o presidente João Goulart e o Partido Comunista e como ativista pelas reformas de base, bandeira do governo deposto pelo golpe militar de 1964.

No livro, Marco Antônio tam-

bém faz uma autocrítica, admitindo erros do antigo Partido Comunista, entre eles o não reconhecimento das restrições a liberdades individuais por parte dos regimes da Europa Oriental. Mas a grande lição, segundo o escritor, foi ter aprendido o valor da democracia.



Para Arlindo Porto, crime praticado por militar contra civis deve ser julgado pela Justiça comum

Crime militar contra a vida deve ir a júri, defende Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou projeto estabelecendo que os crimes militares dolosos contra a vida, praticados por militares contra civis, serão julgados por tribunal de júri. Na mesma proposição, o parlamentar estabelece que a Justiça Militar, ao receber os inquéritos policiais militares (IPM) desses mesmos delitos, remeta-os à Justiça comum. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Na avaliação de Arlindo Porto,

as alterações na legislação penal que foram feitas para permitir o julgamento de militares pela Justiça comum continham textos incompletos e imperfeitos, que permitem interpretações diversas, impedindo a aplicação da lei.

— O Poder Legislativo, atento a isso, não pode quedar-se a textos de leis incompletos e imperfeitos. Deve sempre buscar a precisão legislativa para proporcionar à população brasileira a segurança jurídica necessária para um convívio social que atinja o mais alto grau na escala de valores.

Osmar propõe mais controle em antecipação de receita

Projeto em tramitação na CAE modifica as regras para a operação realizada por estados e municípios junto ao contribuinte

Projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) cria instrumentos para permitir maior controle nas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária realizadas diretamente com contribuintes do fisco estadual ou municipal. A proposta, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), altera a Lei nº 4.320, de 1964, que trata do tema, ao acrescentar artigos que regulamentam a transação. Uma das modificações determina que as operações não poderão ser realizadas no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

De acordo com o projeto, as antecipações de receita, para serem aprovadas, dependerão da existência de lei estadual ou municipal específica. A operação, para ser realizada, precisará também ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da aprovação pelo



Osmar Dias: mudanças para que as transações sejam previstas na LDO e submetidas ao Senado

Senado, entre outras exigências. A proposta prevê ainda que a taxa de desconto a ser antecipado não poderá ser superior à inflação pro-

jetada para o período. Na justificativa da matéria, o senador afirma que, no último mês, o Senado foi surpreendido pelo fato de que várias unidades da Federação estavam realizando operações de antecipação. Osmar Dias diz que a situação é grave por estarem ocorrendo sem controle.

— Devemos destacar também que tal prática, da maneira como está sendo feita, acaba servindo para manipulações orçamentárias que mascaram, a curto prazo, a realidade das finanças públicas e que, a longo prazo, acabam por desorganizar definitivamente essas mesmas finanças — destacou.

Projeto de Antero permite que o Executivo repactue dívida municipal

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a repactuar as dívidas municipais internas e externas. A proposta atinge débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além de títulos para pagamento de precatórios judiciais.

Em sua justificativa, Antero afirma que a Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente promulgada, não prevê a possibilidade de refinanciamento dessas dívidas. Ele alega, no entanto, não ser possível ignorar que muitos municípios não terão condições financeiras de se adequar à lei, sem ajuda do governo federal, para ficarem livres dos passivos que os economistas denominam “esqueletos fiscais”.

Pelo projeto, o comprometimento das receitas municipais para o pagamento da dívida repactuada não poderá exceder a 9% da receita líquida real no caso de municípios de até 10 mil



A medida é necessária, diz Antero Paes de Barros, para que os municípios possam garantir os investimentos públicos

habitantes; 10% da receita líquida real para os municípios entre 10 e 90 mil habitantes; 11% da receita líquida real se forem municípios entre 90 e 300 mil habitantes; 12% da receita líquida real para municípios entre 300 mil e 1 milhão de habitantes; e 13% da receita líquida real em relação aos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

Segundo Antero, seu projeto

permitirá uma ampla e geral repactuação das dívidas, zerando a situação fiscal dos municípios, condição essencial, disse, para que possam entrar numa nova fase fiscal, sem deteriorar sua capacidade gerencial de investimento público. O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

CULTURA ao MEIO-DIA 500 anos

De Geraldo Moraes

No Coração Dos Deuses

Quarta-feira - 17 de maio - 12h

Senado Federal

Auditório Petrônio Portella

Realização: Apoio: COLUMBIA TRI STAR BUENA VISTA FILMES DO BRASIL

Subsecretaria de Projetos Especiais - NC & M

ENTRADA FRANCA

BRASIL 500 anos